

COMPONDO AS POSSIBILIDADES DO PROJETO POLÍTICO- PEDAGÓGICO A PARTIR DA REALIDADE ESCOLAR

Murilo Barche Alves ¹
Paola Andressa Scortegagna ²

RESUMO

O presente trabalho almeja explicar os resultados obtidos no decorrer de uma pesquisa em Educação abrangendo o Projeto Político-Pedagógico (PPP) de 3 (três) escolas estaduais e suas relações envolvendo os agentes circundantes: gestores/pedagogos, professores e alunos. O método de coleta de dados se deu por meio de entrevistas. Optou-se por selecionar 1 (um) gestor/pedagogo, 1 (um) professor e 1 (um) aluno para responder a um questionário previamente elaborado, sendo este adequado com perguntas direcionadas à cada público, relacionando as possibilidades do PPP em relação à capacidade de transformação social, integração entre os agentes escolares (comunidade, professores, alunos e equipe gestora) e importância de elementos contidos no documento. A análise de dados, intercalando com a análise dos Projetos Político-Pedagógicos foi mediada pelo Materialismo Histórico-Dialético, valendo-se das categorias alienação e contradição. Para tal, as referências em destaque são Veiga (2010), Medel (2012), Saviani (2019), Marx (2003), Cheptulin (2004), Lukács (2018) e Mészáros (2006). Os resultados expressaram que, apesar de o PPP ser um documento norteador de fundamental importância para a organização escolar, proporcionador da gestão democrática, e capaz de desencadear o aprimoramento da vida humana, existe a desarticulação entre esses três agentes interessados no/do Projeto Político-Pedagógico, e esta se dá em detrimento de atitudes no particular, ou seja, no cotidiano das relações dentro da instituição de ensino; e no macro, por imposições governamentais, como a contratação de professores por Processo Seletivo Seriado (PSS) e a ausência de tempo para abordar o documento com esses novos profissionais que adentram à escola.

Palavras-chave: Projeto Político-Pedagógico. Materialismo Histórico-Dialético. Gestão Escolar.

INTRODUÇÃO

A promulgação da Constituição Federal de 1988 foi o passo inicial que proporcionou mudanças estruturais consideráveis na educação brasileira. Com a proposta de consolidar a democracia, ela desencadeou diversos avanços na direção de se pensar a escola como um espaço de autonomia garantida, tendo o propósito de formar sujeitos plenos e críticos, para o exercício da cidadania (SAVIANI, 2019).

Oriundo dessas inovações políticas pós-redemocratização, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) é um documento assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases 9.394, de 1996.

¹ Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, eternalhas@live.com;

² Professora orientadora: Doutora em Educação, Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG paola_scortegagna@hotmail.com.

Por meio deste, é viável a construção de uma escola democrática e coletiva. Elaborado pelos docentes, em conjunto da coordenação pedagógica, o PPP reflete as demandas que uma escola necessita, bem como os elementos que a constituem. De acordo com Veiga (2010), o Projeto Político-Pedagógico precisa compreender e abranger os sujeitos que estão direta ou indiretamente contextualizados ao documento. Sendo assim, faz-se necessária a abordagem de todos aqueles que são atingidos por ele, os que participam de sua elaboração e aquelas que irão futuramente pegá-lo para a leitura.

Diante da contextualização do PPP, outro fator chama a atenção para que haja sua efetividade, em termos teóricos e práticos. Assim, Veiga elenca que no “processo de construção do projeto pedagógico, consideram-se dois momentos interligados e permeados pela avaliação: o da concepção e o da execução” (VEIGA, 2010, p. 10). O diagnóstico premeditado está dialogado com a capacidade de elaborar um projeto político-pedagógico que contemple o aspecto teórico (preposições, disposições e anseios) e o prático (como aplicar essas demandas na prática, e como).

Além disso, Danilo e Luis Armando Gandin (1999) comentam acerca do planejamento referente ao aprimoramento da vida humana para, posteriormente, no corpo do texto, trazê-lo pautado na escola para que ocorra a melhora em sua qualidade total. Por isso, o planejamento é abarcado pela via estratégica e participativa. Com elas, podemos reunir os arcabouços necessários para que a teoria e prática, concomitantemente, efetivem-se na melhoria do espaço escolar.

Para que haja este planejamento, a chave para a construção é o diagnóstico. Ele fornece o aparato para que se considere as demandas físicas, burocráticas, humanas e sociais da escola. No entanto, cabe ressaltar que este diagnóstico deve ser constante, com a inclusão de todos os agentes envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, ou seja, gestão, corpos docente e discente,

E qual documento permite que a gestão pedagógica, em conjunto do corpo docente e comunidade escolar, realize o diagnóstico de uma instituição de ensino? O Projeto Político-Pedagógico, que fornece a possibilidade de criação coletiva e diagnóstica da escola, contendo os elementos físicos, estruturais, identitários e significativos de uma instituição de ensino. Vale ressaltar que este diagnóstico se dá com a participação dos agentes que o circundam, e corriqueiramente é reelaborado de acordo com as demandas institucionais, com caráter dialético: considerando a teoria e a prática, num caráter unitário, e em constante transformação.

Diante dessa importância explicitada referente ao PPP, optamos por analisar três documentos de três escolas diferentes, situadas no município de Ponta Grossa, no Estado do Paraná, com a manifestação de três representantes que circundam o PPP: um aluno, um professor e um membro da equipe gestora. Optou-se pela coleta de entrevistas com um roteiro preestabelecido para atender aos seguintes objetivos:

Geral: analisar o processo de construção do PPP em escolas de educação básica na cidade de Ponta Grossa/PR;

Específicos: Elencar as possibilidades do PPP enquanto um norte para gestão democrática e ação docente; Refletir o aspecto teórico e prático do documento.

Este trabalho é a síntese de uma pesquisa produzida no decorrer de um Mestrado em Educação.

METODOLOGIA

A pesquisa é exploratória e de caráter qualitativo. Somou-se a análise de três projetos político-pedagógicos com nove entrevistas, sendo um aluno, um professor e um gestor de cada escola. Com a utilização de um *smartphone* para a gravação das entrevistas, o roteiro foi elaborado com a intenção de desencadear respostas em relação à questão central do Projeto Político-Pedagógico: suas potencialidades dentro da escola. Para realizar a coleta de dados (entrevistas), foi aberto um parecer no Comitê de Ética e Pesquisa na Plataforma Brasil, sob o CAAE nº 64568822.7.0000.0105 e parecer nº 5.752.879, onde consta como aprovado.

Inicialmente, foi realizada a coleta dos PPPs das escolas estaduais via *internet*, no site do Núcleo Regional de Educação, que disponibiliza os documentos gratuitamente. Então, selecionamos as três escolas com os seguintes critérios de inclusão e exclusão: localização e relevância da escola (tamanho/alto nº de alunos matriculados e impacto na localização do bairro que está inserida); oferta do ensino médio; e complexidade do documento.

Após a seleção, entramos em contato com as escolas, e questionando a possibilidade de acessar o PPP atualizado (visto que os documentos disponibilizados na *internet* estavam em sua maioria desatualizados), obtivemos da gestão os seguintes documentos: duas escolas com o PPP atualizado 2022 e uma escola com o documento atualizado em 2018.

Para analisar os dados oriundos das entrevistas e dos projetos políticos-pedagógicos, optamos pelo Materialismo Histórico-Dialético, com o intuito de desvelar as múltiplas determinações que permeiam a construção, a implementação e as possibilidades do PPP diante da realidade concreta.

REFERENCIAL TEÓRICO

As categorias da dialética se manifestam no mundo real por meio das relações humanas, objetivamente. Para averiguar o mundo concreto, analisá-lo e problematizá-lo, Cheptulin (2004) nos traz a capacidade do *método materialista* de abstrair a realidade concreta, e compreendê-la por meio de mediações para, então, tornar-se possível o condicionamento à transformação. Este processo filosófico-analítico foi inaugurado por Karl Marx em sua extensa trajetória de escrita.

Marx, em sua principal obra, denominada *O Capital* (2013a), aborda que a categoria Trabalho, enquanto atividade fundadora da sociedade, proporciona aos sujeitos a *humanização*, ou seja, a organização da vida material, no sentido de se desvincular dos animais e torna-se um ser social. Este processo é viabilizou o avanço da humanidade, em termos tecnológicos. É por meio dele que há a alteração dos recursos disponíveis na natureza, e a vida *social* é produzida e reproduzida. No entanto, no percurso da história, o Trabalho vai adquirindo outras atribuições de acordo com o modelo de existência em que determinada sociedade estava.

Lukács (2018), expandido a categoria do Trabalho, propõe a ideia de que este é formado pela processo de prévia ideação (propósito do objeto), e que neste processo, transforma a natureza e, ao mesmo tempo, é transformado por ela (cultural-socialmente). Assim, ele é produto, mas também produz; é capaz de alterar e ser alterado.

Com o decorrer da história da humanidade, Giudici (1973) traz os processos de alienação que ocorrem conforme as relações de classes vão se instaurando. O Trabalho, ao invés de se estabelecer enquanto atividade de transformação e avanço da humanidade, acaba por aprisionar o homem das relações de dominação e reprodução desta.

Um exemplo claro entre o homem social e o homem primitivo, é que as contradições “se resolvem espontaneamente na unidade” (GIUDICI, 1973 p. 56, tradução nossa), ou seja, a imediaticidade é suprida de acordo com as vontades básicas de existência. Giudici, com isso, aborda que, conforme as relações humanas vão se complexificando, tornando-se mediadas pela sociabilidade do homem, pelo caráter do intelecto, sendo este, desenvolvido conforme as demandas do ser social vão avançando.

Os aspectos de necessidade de explicação dos fenômenos naturais e sociais vão se ampliando, e o ser humano passa a usufruir de explanações fantasiosas para abordar este aspecto. Isso, de acordo com Giudici (1973), faz com que exista um processo de alienação,

pois há a segregação do aspecto da realidade com imaginário: a imaginação o separa da realidade concreta, manifestada.

Essa alienação se intensifica na sociedade capitalista pois, com os fins das relações de produção da sociedade feudal, surgimento das fábricas e produção em série, o trabalhador se torna uma mera peça para a produção de bens, aos quais não possui acesso, ou não recebe ao equivalente à produção parcial destes.

Para explicar este processo, Marx desenvolve o conceito de *alienação* no decorrer da humanidade – cabe ressaltar que a própria terminologia alienação é um produto histórico, e foi abordado de diferentes maneiras por filósofos no decorrer da filosofia ocidental. Em suma, o termo *bellum omnium contra omnes*, problematizando sobre a *questão judaica*, de Marx, resume a determinação de alienação: a divisão do sujeito privado (particular) do cidadão público (total). Essa separação é tão intensa que a humanidade torna-se perdida de si e entre si (MÉSZÁROS, 2006).

Corroborando a ideia citada anteriormente, Giudici traz que o “trabalhador se sente em si fora do trabalho [produto], e se sente fora de si no trabalho [ato]” (1973, p. 54, tradução nossa), culminando na anulação de sua satisfação individual, para produzir riqueza aos outros.

Marx e Engels (2007) trazem que, com a debandada das massas de camponeses adentrando às cidades, que foram servos considerados livres na ponte que interliga a Idade Média à Moderna, serviu como mão de obra para as associações fabris. Os autores ainda, trazem que “nas cidades, a demanda por trabalho diariamente remunerado originou a plebe” (MARX; ENGELS, 2007, p. 53). Essas pessoas, isoladas, chegavam em um local politicamente estabelecido pelas instituições (Estado, polícia, entre outras), que garantiam a propriedade privada – aos donos dos meios de produção.

Ainda, corroborando para a ideia de um Estado que contribui significativamente para o estabelecimento das relações de classe apresentadas nas cidades, Marx e Engels, discutindo sobre a burguesia com o jovem hegeliano Stirner, são contundentes em expor que

os burgueses pagam bem o seu Estado e fazem com que a nação inteira também o faça para que eles, os burgueses, possam pagar mal sem correr perigo; eles asseguram para si,. Mediante bom pagamento aos serviços do Estado, uma força protetora, uma polícia; eles contribuem de bom grado e fazem toda a nação pagar altos tributos para que eles possam, sem correr riscos, descontar novamente dos seus trabalhadores, como tributo (como desconto do salário), aquilo que pagaram (MARX; ENGELS, 2007, p. 198).

Demonstrando, assim, a estreita relação entre burguesia e Estado, ambos garantindo a existência da classe social citada, com interesses mútuos de proteção e subserviência. Logo,

Trabalho e Estado estão correlacionados, visto que, historicamente, a burguesia usufrui da mão de obra de trabalhadores desde que ocorreu a divisão de trabalho. E essa mesma classe que antes apenas possuía prestígio financeiro assume, após a Revolução Francesa, o próprio Estado, articulando seus interesses com suas respectivas movimentações políticas, dando a caracterização histórica e material desse Estado que assume uma nova forma após a queda da monarquia francesa (MARX, 2003).

Nessa direção de reflexão, Mészáros (2006), com influência da teoria marxiana, corroborando na ideia de que o Trabalho moldado na sociedade capitalista e burguesa, contribui à Alienação dos homens, traz que há uma diferença fundamental nesse trabalho contemporâneo, que o trabalhador é assalariado e não obtém acesso aos bens que produz. Sendo, como consequência, dissociado do seu produto-final, o que não ocorria na antiguidade, já que o sujeito produzia objetos com determinados fins, de si-para-si.

Portanto, considerando nossa sociedade capitalista atual, Trabalho e Alienação [e Estado] são indissociáveis.

Um elemento fundamental que ocorre no que concerne vida dos sujeitos ocidentais, com o avanço do capitalismo, é a fragmentação do ser humano diante das diversas camadas de existência (trabalho, identidade, contexto global...). Marx define este contexto global como totalidade. A era moderna “separa do homem o seu ser objetivo, como um ser apenas exterior material” não “toma o conteúdo do homem como sua verdadeira realidade”. (MARX, 2013b, p. 104)

Percebe-se, então, com o avanço da individualização, que o discurso “meritocrático” é imposto com intensidade, sem considerar o contexto histórico e social que abrange o ser humano, diante de sua vida material.

Assim, na contra-mão da Alienação, o Trabalho (e suas relações) enquanto (possibilidade concreta) do/no Projeto Político-Pedagógico, exercido de forma democrática e também crítica, além de fornecer o aparato para inserir os diversos elementos circundantes da escola, garante a prerrogativa da superação da alienação por meio da reflexão constante, de maneira dialética e construtiva, acerca do PPP.

Circundando o Projeto Político-Pedagógico, o Trabalho articulado é capaz de fornecer subsídios de aprimoramento no que tange o particular (questão estrutural da escola, melhores condições, etc.) e o total (considerando a formação integral dos alunos), pois o documento abrange as múltiplas funcionalidades da escola.

Num processo considerando o Trabalho enquanto propulsor da criatividade humana, e não das relações de classes, e também considerando a escola como um espaço capaz de agir

no antagonismo à Alienação, o Projeto Político-Pedagógico é capaz de fornecer a nós, educadores, o processo de Trabalho para o avanço das relações de classe e superação dos moldes de uma sociedade hegemônica, que vê na escola a finalidade de formação de mão de obra, invés de sujeitos emancipados capazes de transformar a realidade.

Ter uma escola que favoreça à formação de sujeitos críticos, direcionados à emancipação (não somente política), e não meramente para atender demandas do “mercado de trabalho”, faz-se de fundamental importância visto que só é possível alcançar sujeitos verdadeiramente livres e iguais com a superação do atual modelo de sociedade. É necessário que as escolas forneçam subsídios aos estudantes direcionados à capacidade de pensar, e que as instituições de ensino atuem além das determinações das relações capitalistas (MÉSZÁROS, 2008).

Colocando o Projeto Político-Pedagógico como um documento que assume o caráter de mediação entre a teoria e a prática, Medel (2012) fala dos inúmeros impactos do PPP e seus conceitos na formação da escola e dos alunos. A autora também expõe que não há neutralidade neste, logo, sempre há um direcionamento (político), e este deve estar explícito no documento. Conseqüentemente, o PPP é um possível agente transformador quando elaborado conjunta e democraticamente pelos agentes escolares (gestão, professores e comunidade/alunos), e quando existe clareza de sua intencionalidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante das categorias esmiuçadas do Materialismo Histórico-Dialético para realizar a análise, pudemos observar que as relações e manifestações do trabalho na escola é permeado por contradição e alienação, e o Projeto Político-Pedagógico, como consequência da realidade material da escola, também apresenta tais elementos, principalmente como resultado da desarticulação dos agentes que estão amalgamados neste (aluno, professor e gestor).

Ao verificar as entrevistas do primeiro grupo, composto por três alunos, demonstrou que não é questionado em relação à construção da escola, ou seja, eles não são inseridos na elaboração do documento de forma direta, com a gestão da escola realizando questionamentos a eles sobre o espaço escolar. Além disso, relataram desconhecer o Projeto Político-Pedagógico por completo, nem ao menos conhecendo a própria terminologia.

Aqui nos leva à primeira reflexão: a escola é uma instituição onde os discentes são o principal público? Isto posto, o questionamento surge: por que eles não são ouvidos e

indagados a respeito de suas demandas? A contradição foi evidente no tangente dos alunos entrevistados.

O segundo grupo, tendo três professoras, foi possível observar a ausência de conectividade entre o corpo docente e gestão pedagógica. Apesar de as professoras exporem a importância do PPP sobretudo na questão de o documento ser parte da identidade da escola, não houve exploração acerca da capacidade de transformação social por ele.

No entanto, todas as professoras entrevistadas tiveram contato com o documento de suas respectivas escolas, o que nos faz compreender que há a preocupação da gestão escolar em fazer com que os professores estejam cientes do funcionamento da escola.

O terceiro grupo, composto por membros da gestão, sendo uma pedagoga, um diretor auxiliar e uma diretora, pudemos perceber que a dimensão do Projeto Político-Pedagógico é complexa. O diretor auxiliar relatou que uma das dificuldades está em apresentar o PPP aos professores, já que muitos são contratos em regime temporário pelo Processo Seletivo Seriado (PSS), e isto faz com que a rotatividade seja alta e não haja tempo para explicar os aspectos particulares da instituição.

Outro elemento de destaque presente na fala do diretor auxiliar foi a configuração problemático da ausência de liberdade para colocar em prática as tendências do PPP da escola, ou seja, elaborado para se adequar às demandas locais, visto que há muitas demandas da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná (SEED) que são impostas invariavelmente a todas as instituições de ensino.

Já a pedagoga, contratada justamente pelo regime temporário ao qual o diretor auxiliar cedeu críticas, relatou desconhecer o PPP da própria escola que atua, o que ressalta o problema desta rotatividade produzida pelo regime de PSS: ausência de tempo hábil para esmiuçar o documento e a possível retirada da pedagoga da escola para atuar em outra.

Os três membros da gestão, das três escolas, relataram que o PPP abrange os alunos, mas não expuseram precisamente de que maneira. Todavia, o diretor auxiliar e a diretora falaram do protagonismo do grêmio estudantil – o que já é um avanço considerável para a escuta e participação ativa dos estudantes.

A respeito dos três PPPs, os documentos apresentam todos os elementos da escola, detalhando os aspectos particulares de cada instituição. A exemplo, em todos os documentos está inserida a questão da pandemia da COVID-19 e as questões envolvendo educação e tecnologia, que é uma temática recente. Porém, as discussões no que concerne “transformação social”, as discussões, em geral, delimitam-se à formação de um aluno como sujeito ao exercício da cidadania, ou seja, delimitando apenas à emancipação política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho nas escolas analisadas ainda é permeado por contradição e alienação, e as potencialidades do Projeto Político-Pedagógico não são exploradas. Ele é situado como importante por todos os entrevistados, mas não há uma genuína integração entre gestão, corpo docente e alunos no galgar da criação de um documento participativo, que absorva o interesse de todos e, sobretudo, para alavancá-lo como mediador de transformação social.

O aluno, principal agente do processo de ensino e aprendizagem, não participa diretamente das decisões *políticas* da escola, e não possui sequer conhecimento no tocante de um documento tão relevante que o contempla (ou que deve contemplá-lo).

O caráter de mediação do PPP precisa ser visto e revisto, principalmente para suportar as articulações oriundas do Estado, no sentido de manter e perseverar o caráter unitário e identitário de cada instituição de ensino. Diante da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e outras diretrizes ligadas à uma educação tecnicista, que desconsideram as particularidades (e funções) de cada escola e o papel transformador do aluno para além do capital, ter a autonomia escolar contemplada e materializada no Projeto Político-Pedagógico, em conjunto de um documento com direcionamento emancipatório, é sinônimo de resistir.

Ademais, a escola precisa estar atenta para a construção de um espaço verdadeiramente democrático e participativo, e dar ao Projeto Político-Pedagógico sua devida atenção, para que ele não seja delimitado a um documento burocrático, estacionado em uma gaveta (ou em um servidor de *internet*).

AGRADECIMENTOS

Aos que aceitaram participar desta pesquisa; à minha orientadora, prof^a Paola; e ao apoio financeiro da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior: profunda gratidão.

REFERÊNCIAS

CHEPTULIN, A. **A Dialética Materialista**: Categorias e leis da Dialética. São Paulo: Alfa-Omega, 2004.

GIUDICI, E. **Alienación, marxismo y trabajo intelectual**. Buenos Aires: Crisis, 1974.

LUKÁCS, G. **Para uma Ontologia do Ser Social**. Obras de Georg Lukács. Tradução de Sergio Lessa. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

MARX, K. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. 3. ed. São Paulo, Boitempo, 2013a.

MARX, K. **O Capital: Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013b.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Sagrada Família**. São Paulo: Boitempo, 2003.

MEDEL, C. R. M. A. **Projeto Político-Pedagógico: construção e implementação na escola**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, I. **Lá educación más allá del capital**. 1. ed., Buenos Aires: Editores Argentina S. A., 2008.

SAVIANI, D. **A lei da educação: LDB: trajetória, limites e perspectivas**. Campinas: Editores Associados, 2019.

VEIGA, I. P. A. Perspectivas para a reflexão em torno do Projeto Político-Pedagógico. In: VEIGA, I.P.A; RESENDE, L.M.G. (orgs.). **Escola Espaço do Projeto Político-Pedagógico**. São Paulo: Papirus, 2010.